

A dinâmica urbana na área metropolitana de Brasília

» ALDO PAVIANI

Professor emérito e titular do Departamento de Geografia da UnB e pesquisador do Neur/Ceam/UnB

Raras unidades da Federação brasileira têm estoques de terras públicas para usos futuros como o Distrito Federal. No caso dos outros estados e metrópoles, a evolução urbana demandou terras para a expansão das atividades (indústrias, comércio e serviços). A expansão urbana com uso extensivo de terras perdurou por décadas e nem sempre na busca de igual distribuição das atividades, serviços e bens nesses territórios.

No caso do DF, em apenas 55 anos, as terras, fruto de desapropriações para instalação da nova capital, foram sendo ocupadas; glebas foram declaradas de proteção ambiental e outras repassadas a promotores imobiliários; mas ainda há espaço para que se estimule o retorno ao planejamento urbano com o racional uso do território com preservação ambiental.

Partindo dessa visão, é de se esperar que a difusão do bem-estar e de igualdade social deva ocorrer no meio urbano, no âmbito rural e regional. No passado, os governos haviam pensado em agrovilas e cidades de apoio à atividade agropecuária, mas, pouco se concretizou nesse sentido. A criação, em meados dos anos 1970, da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb) pareceu ser programa de efetiva resolução dos problemas regionais.

No entanto, talvez por sua abrangência, não houve recursos para sua implantação, caindo — embora sendo de primordial importância — no esquecimento. As intensas correntes migratórias, a partir 1957, exigiram que as administrações do DF se voltassem com afincos para os problemas internos da nova capital, sobretudo para atender demandas emergenciais em termos de locais de moradia. A distribuição dos conjuntos habitacionais no território resultou na feição polinucleada de Brasília — característica da cidade. As migrações foram essenciais para o crescimento da cidade.

Contudo, na última década, o crescimento vegetativo passou a ser mais importante que as migrações na expansão populacional do DF. Isso não quer dizer que o excedente populacional tivesse pleno acesso à habitação, aos empregos formais, aos serviços urbanos. Essa afirmação tem suporte no fato de que ainda há assentamentos humanos informais no DF e o desemprego total, medido pela Pesquisa Emprego Desemprego (PED/DF/dezembro de 2015), atingiu 237 mil pessoas.

Acresça-se que, por décadas, há sérias lacunas no atendimento hospitalar da rede pública de saúde. Igualmente, constata-se que as crises econômicas, internas e externas, incrementaram a desigualdade social no DF. Com isso, o DF abriga a maior favela do país — de Pôr do Sol e Sol Nascente — com 94.199 habitantes (Pdad 2015), como



apêndice de Ceilândia. Ambas as comunidades começam agora a ter infraestrutura implantada, do mesmo modo que o Varjão.

Com a melhora no equipamento local, esses conjuntos tendem a soerguer as respectivas condições sociais e de cidadania. Todavia, há lacunas de habitações no interior do DF. Por isso, há muitos anos, seus habitantes preferiram mudar para municípios próximos, aproveitando os lançamentos de empresas imobiliárias nos conjuntos habitacionais de Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Águas Lindas e outros, que somam 1.071.583 habitantes, segundo estimativa da Codeplan, de 2013. Isto é, houve mudança de local de moradia, mantendo os vínculos com Brasília. Por isso, há mobilidade da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) para o DF, em termos de trabalho e de uso de hospitais públicos.

Ressalta-se, porém, que as compras de varejo se fazem na PMB, tais como: alimentos, roupas, eletrodomésticos, serviços em geral e serviços pessoais. Quanto à procura de lazer e

atividades culturais (cinema, teatro, biblioteca, museu e turismo), o Plano Piloto continua sendo mais procurado do que a PMB. Essa oferta de cultura centralizada tem raízes no fato de que a PMB é desequipada para atender a demanda local. O centro da metrópole, em razão de possuir população com maior poder aquisitivo, desenvolveu consideravelmente o equipamento cultural, atrativo para Brasília e para a população da PMB. Como DF e PMB somam quase 4 milhões de habitantes, será importante descentralizar as atividades geradoras de postos de trabalho, educação, lazer, cultura e artes.

Enfim, a evolução urbana nos mostra que Brasília se expandiu, sendo necessário cuidar do território e de como se faz uso da terra — como se distribuem as atividades, bens e serviços. Será igualmente importante reduzir a mobilidade de longo curso com o aumento do volume dos que trabalham, residem, estudam e têm lazer, no lugar de moradia. A gestão igualitária do território requer esse olhar para o futuro.